



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 110

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 1º DE JULHO DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

ADVOCACIA GERAL	Capa
TAQUIGRAFIA	2497
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2509
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2509

ADVOCACIA GERAL

Extrato Contrato n. 17/2016/ALE/RO Processo Administrativo nº 137162015-33

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA E A EMPRESA TROPICO TELECOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – ALE/RO

Contratada: TROPICO TELECOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos de vigilância eletrônica, serviços de instalação e configuração do Sistema de Monitoramento por Câmeras de Vídeo (CFTV), a pedido da Secretaria de Segurança Institucional, com a finalidade de atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme especificações técnicas e condições minuciosamente descritas nos Anexos do Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2016/ALE/RO.

DO PRAZO: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando-se na data da sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme conveniência da Administração, como disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

DO VALOR: CLÁUSULA TERCEIRA – O valor total do presente contrato é de R\$ 97.548,94 (noventa e sete mil quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e quatro centavos), conforme os produtos e serviços abaixo:

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Elemento de despesa 44.90.52 – Fonte de Recurso: 100 – Recursos Próprios - R\$ 64.561,00 (sessenta e quatro mil quinhentos e sessenta e um reais) – Nota Empenho n. 2016NE00793.

Elemento de despesa 33.90.39 – Fonte de Recurso: 100 – Recursos Próprios - R\$ 11.991,59 (onze mil novecentos e noventa e um reais e cinquenta e nove centavos) – Nota Empenho n. 2016NE00794.

Elemento de despesa 33.90.30 – Fonte de Recurso: 100 – Recursos Próprios - R\$ 20.996,25 (vinte mil novecentos e noventa e seis reais e vinte cinco centavos) – Nota Empenho n. 2016NE00795.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, é lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelo CONTRATANTE e pelo CONTRATADO, registrado às fls. 17 (dezessete) do Livro de Registros de Contratos do ano de 2016.

Porto Velho/RO, 16 de junho de 2016.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Mauro de Carvalho – Presidente
Arlido Lopes da Silva - Secretário-Geral

Contratada: Tropico Telecom Comercio e Serviços Ltda
Emerson Rodrigues Coutinho de Andrade
Representante Legal -

Visto: Whanderley da Silva Costa - - Advogado-Geral
Adjunto- ALE/RO

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

TAQUIGRAFIA

**ATA DA 27ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
PARA DEBATER SOBRE O ALFANDEGAMENTO
DO AEROPORTO INTERNACIONAL
JORGE TEIXEIRA EM PORTO VELHO.**

Em 06 de junho de 2016

Presidência do Sr.
Léo Moraes - Deputado

(Às 15 horas e 16 minutos é aberta a A. Pública)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores boa tarde.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia e do Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, realiza Audiência Pública objetivando debater sobre o alfandegamento do Aeroporto Internacional Jorge Teixeira de Oliveira, em Porto Velho.

Convidamos para compor a Mesa Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Mores, que vai presidir esta Audiência Pública. Convidamos o senhor Marcelo Thomé, Presidente da FIERO – Federação das Indústrias do Estado de Rondônia; o Senhor José de Abreu Bianco, Diretor de Assuntos Governamentais da FIERO e Ex-Governador do Estado; o senhor Carlos Alberto Menezes da Costa, Superintendente da INFRAERO; o senhora Cileide de Macedo, representante da FECOMÉRCIO; a senhora Maria Verônica de Araújo, Presidente da Associação Brasileira de Agência de Viagens do Estado – ABAV.

O SR. LEÓ MORAES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de debater sobre o Alfandegamento do Aeroporto Internacional Jorge Teixeira de Oliveira, em Porto Velho.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para de pé ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim Araújo Lima e música de José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podem se assentar.

Muito obrigado.

Quero informar as senhoras e senhores que o senhor Marcelo Thomé é Presidente da FIERO. E convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo senhor Michel Lopes Teodoro, Delegado da Receita Federal no Estado de Rondônia.

Queremos agradecer a todas as senhoras e senhores aqui presentes. O senhor Katuo Okabayashi, representante do Excelentíssimo senhor senador Valdir Raupp; senhora Myrella França, representando a Excelentíssima senhora Deputada Federal Marinha Raupp.

Dentro de instantes nós estaremos também registrando as presenças das demais autoridades e de nossos convidados.

Com a palavra o Excelentíssimo senhor Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bem, gostaria de desejar uma ótima tarde a todas as pessoas. Agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui. E dizer da satisfação em conduzir essa Audiência Pública proposta pelos Deputados Maurão de Carvalho e Deputado Jesuíno Boabaid, pelo grau de importância, a pertinência, que é tratado o alfandegamento do nosso Aeroporto, conhecido por Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira, mas, que nunca operou um voo internacional sequer. E, logicamente, nós somos os atores, os protagonistas para realizar esse feito através de ferramentas legais e institucionais, a fim de obter esse sucesso, que certamente não é fácil, mas, é necessário para o nosso progresso, para o nosso desenvolvimento. É uma política pública necessária, e logicamente devemos fazer o quanto antes. Gostaria de cumprimentar o senhor Michel Lopes Teodoro, Delegado da Receita Federal que está aqui conosco. Senhor Marcelo Thomé, Presidente da FIERO, posso dizer que compartilho da sua amizade, alguém que eu tenho grande consideração, é uma nova forma de conduzir a Federação das Indústrias de forma dinâmica, pujante com grandes ideias, e é o que nós mais precisamos é desse desenvolvimento intelectual, a fim de colaborar com a construção do nosso Estado. Senhor José de Abreu Bianco, ex-deputado, ex-senador, sempre Governador do nosso Estado de Rondônia, que é o Diretor de Assuntos Governamentais da FIERO, está aqui conosco. O senhor Carlos Alberto Menezes da Costa, Superintendente da INFRAERO. Senhora Cileide, que está compondo a Mesa, nossa amiga também, representante da FECOMÉRCIO, está aí conosco na discussão difícil nessa labuta muito grande, em um esforço hercúleo de retomar voos para o Estado de Rondônia, que nós perdemos; a senhora Maria Verônica de Araújo que é Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagem do nosso Estado da ABAV. Cumprimento a todos os demais que se fizeram presentes e abdicaram um pouquinho dos seus afazeres para debater esse tema da mais alta relevância. Senhor Adélio Borafaldi que está aqui conosco; senhor Valter, Sindicato dos Servidores da EMATER que também já se fazem presentes; agradeço a presença do Augustinho, assim como a presença do Presidente; aos órgãos da Imprensa; aos servidores de carreira da nossa Casa. A todos vocês muito obrigado pela presença.

Passo a palavra neste momento ao nosso Cerimonialista.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Excelentíssimo senhor Deputado Léo Moraes, quero registrar e agradecer a presença do senhor Giordano Araújo Magalhães, Agente de Polícia Federal, representando a Polícia Federal, Superintendência no Estado de Rondônia; senhor Gilberto Scheffer, representante da ABTAER - Associação Brasileira dos Táxis Aéreos e SNETA, Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo; Roberta Cavalcante de Barros, Coordenadora Executiva, representando a FACER - Federação das Associações Comerciais do Estado de Rondônia; senhor Adélio Borafaldi, vice-presidente de Desenvolvimento Econômico da FIERO;

senhor César Luiz Salles de Souza, Gerente de Tributação do Estado, representante da Secretaria de Finanças; senhora Tereza Janete, Conselheira SESI/SENAI, representante do Conselho de Turismo; Pastor Rosan Rodrigues, representante dos Atingidos Pela Cheia do Rio Madeira; senhor Assis Rodrigues representando a Força Sindical; senhores servidores da INFRAERO. Lembrando as senhoras e aos senhores que a dinâmica das falas de toda condução desta Audiência Pública é de Sua Excelência senhor Deputado Léo Moraes. Mas caso alguém que não esteja compondo a Mesa e gostaria de fazer uso da palavra, pode erguer o braço que os Cerimonialistas irão pedir o nome e poderão fazer uso da palavra. Mas lembrando que a condução é de Sua Excelência senhor Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Permita-me reforçar Lenilson, essa questão da participação de todos que aqui estão, afinal a Audiência Pública tem esse viés, esse condão de trazer aos representantes as necessidades, os pleitos, as reivindicações. Então, quem porventura queira falar e acrescentar nesse debate, por favor, levante o braço que a nossa Assessoria, o Cerimonial está à disposição... para que todos possam falar e que nós possamos registrar nos Anais da nossa Casa, através da Taquigrafia.

Passo a palavra de imediato para o Exmº Sr. Marcelo Thomé, que é o Presidente da FIERO para que já faça suas considerações iniciais. Por gentileza, Sr. Marcelo Thomé pelo tempo de 05 minutos, podendo prorrogar por mais 05.

O SR. MARCELO THOMÉ - Obrigado Deputado. Aproveito para cumprimentar a Assembleia Legislativa e em especial ao Deputado Maurão de Carvalho, Presidente desta Casa e ao Deputado Jesuíno Boabaid por terem aceitado o pedido da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia na promoção desta Audiência Pública onde trataremos a questão da internacionalização e alfandegamento do Aeroporto Internacional de Porto Velho. Cumprimento o Sr. Michel Lopes Teodoro, Delegado da Receita Federal; o ex-governador do Estado de Rondônia José de Abreu Bianco; Carlos Alberto Menezes da Costa, Superintendente da INFRAERO; Cileide de Macedo, neste ato representando o Presidente da FECOMÉRCIO, Raniere Coelho, meu abraço ao Raniere, parceiro dessas discussões e entidade fundamental nessa discussão para a definitiva internacionalização de nosso aeroporto; Maria Verônica de Araújo, Presidente da ABAV/Rondônia; cumprimento calorosamente o Adélio Barofaldi, José Carlos de Moura Lopes, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia. Muito obrigado por suas presenças. Cumprimento Marco Crespo, Gerente de Operações da INFRAERO; Juscelino Moraes também da INFRAERO; e um especial abraço a Tereza Janete, Conselheira do SESI e do SENAI que também é Conselheira do SESC e do SENAC, representando neste ato a DRT. Muito obrigado por sua presença. Obrigado também a imprensa que se faz presente para divulgar essa discussão que é de tamanha importância para o Estado.

Por que propor uma Audiência Pública para tratar deste tema? No momento em que discutimos a questão do desenvolvimento econômico do nosso Estado através da internacionalização das nossas empresas e consequente exportação da nossa produção num projeto que a Federação das Indústrias de Rondônia promove que é a verticalização das

cadeias produtivas existentes e a agregação de valores a esses produtos. É fundamental que tenhamos um Aeroporto Internacional, primeiro para promover o transporte das pessoas que irão discutir esse assunto, de empresários, de autoridades, de pessoas que estarão afetadas a relação exterior e ao comércio exterior para que a gente possa efetivamente construir essas pontes. E num segundo momento a gente precisa ter o aeroporto alfandegado com absoluta infraestrutura de vigilância sanitária também para que possamos exportar a nossa produção através desse aeroporto, através do modal aeroviário que é uma das opções mais importantes nesse processo de internacionalização, de exportação da nossa produção. Nesse sentido, a FIERO propôs a esta Casa de Leis, a Assembleia Legislativa, que nós pudéssemos discutir o assunto, porque até então todas às vezes que nós buscamos informação a respeito, a gente recebe uma série de respostas em especial, como: "Ah! Bom, mas nunca solicitaram isso para a gente". No caso de algumas entidades. "Ah! Isso não depende da gente, depende de outra entidade". "Não, isso aqui não é com a gente". Então Deputado, o que a FIERO pede à Assembleia Legislativa a partir desta discussão é que efetivamente saibamos quais passos são necessários para a definitiva internacionalização e para que em definitivo o aeroporto seja dotado de toda infraestrutura a fim de que possamos discutir e ter como opção modal de logística o aeroporto para fazer exportação da nossa produção, porque até então o que a gente recebe é uma série de respostas aos pedaços e que não resolve o problema efetivamente. Então quais são os passos necessários para que possamos concluir esse empreendimento e possamos virar a página e façamos uso desta infraestrutura? O que pode ser feito pela INFRAERO, o que depende da Receita Federal, o que depende da Polícia Federal, da Vigilância Sanitária? Enfim, todos os atores estão envolvidos, que estão envolvidos nesse processo para que a gente possa definitivamente virar essa página. Então é esse o pleito que a Federação das Indústrias faz à Assembleia Legislativa, em especial as entidades que compõem o tecido que irá resolver essa questão, que é termos por definitivo o aeroporto de Porto Velho como internacional não só no nome, mas de fato, operando como tal, em especial porque temos uma série de empresas interessadas em estender suas malhas viárias a Porto Velho. A empresa Ecojet, uma empresa boliviana já sinalizou publicamente o interesse de estender o voo que traz até Guayaramerin até Porto Velho, assim como uma empresa venezuelana já sinalizou esse interesse. O Copa Airlines havia feito isso no passado, tendo voos regulares conectando Manaus ao Panamá e América do Norte, enfim, Rondônia desperta o interesse das empresas internacionais, e a gente não está fazendo a nossa parte para estimular e alavancar esse modal que é fundamental, volto a dizer, no processo de desenvolvimento econômico, em especial no tocante a internacionalização das nossas empresas.

Muito obrigado Assembleia Legislativa, muito obrigado Deputado Léo Moraes, por abrir a discussão e espero que daqui saiamos com documento, pelo menos, enxergando quais passos são necessários serem tomados, serem dados, para que possamos concluir esse Projeto.

Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos o Marcelo Thomé por nos apresentar a visão da FIERO para esse debate extremamente importante, pertinente, com certeza abrilhanta

e agrega em muito os nossos conhecimentos e concordo com Vossa Senhoria no que diz respeito a sair daqui com resultado prático das prerrogativas e atribuições de cada ente, cada nível de Governo para que consigamos efetivar essa política pública, já fazendo parênteses, afinal, nós estamos discutindo vários outros modais, nós estamos discutindo Transoceânica que passará por Rondônia como um sinal vital de que aqui é a nova fronteira de desenvolvimento econômico e social do nosso País, é agora, o cérebro e a cabeça pensante do Brasil que cresce em direção ao Oriente que precisa adentrar no Pacífico e encaminhar para a China e tantos outros Países que consomem os nossos produtos. Nós estamos falando de hidrovia que passará pelo Equador e que tem que passar pelo Estado. Assim como pelo Estado do Amazonas, é de vital importância que nós tenhamos esse modal dos mais importantes, que é o aeroviário ativo até para fomentar o nosso ecoturismo, o turismo de negócios, para que as pessoas que são os atores, possam se deslocar entre Países e serem facilitadores do nosso comércio, pois nós temos aqui um grande potencial, tudo que se imaginar para que seja consumido pelos os Países do Oriente, sem sombra de dúvidas.

Então, parabeno e que sigamos nessa linha de esclarecimento e cada qual somando seus esforços para nós alcançarmos o denominador comum que é ter um Aeroporto Internacional de fato e de direito operando, porque nós ainda não temos na nossa realidade.

Agradeço ao senhor Marcelo Thomé, que certamente ainda vai acrescentar, abrilhantar e muito, o nosso evento.

Gostaria de passar a palavra para o Cerimonial mais uma vez.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Só para registrar a presença do Sr. Pedro Teixeira Chaves, ele é Diretor Executivo, está aqui representando a SUDER.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Isso. E já passamos a palavra em ato contínuo a Sra. Cileide de Macedo, que representa a nossa amiga do FECOMÉRCIO, neste evento. Por gentileza, fique a vontade na Tribuna, por um tempo de 05 minutos, prorrogado por mais 05.

A SRA. CILEIDE DE MACEDO – Boa tarde a todos! Deputado Léo, cumprimento todos os demais da Mesa, os colegas, os quais deram início a esse trabalho desse processo do pedido do alandegamento que é tão importante para o nosso Estado, aproximadamente há um ano e meio. Então eu agradeço ao Superintendente da Receita Federal, que é um grande parceiro, a representante da ABAV que é Presidente, também representante do Conselho Empresarial de Turismo da FECOMÉRCIO e o nosso amigo Carlos, da INFRAERO, que luta juntamente com a FECOMÉRCIO, a FIERO, ABAV, o Governo do Estado que nós temos uma boa parceria representada pelo nosso amigo Basílio que também vem trabalhando nesse processo do alandegamento, enfim.

Bem, eu gostaria só de aproveitar a oportunidade aqui de apresentar aos senhores o que nós, toda essa equipe trabalhou durante um ano e meio para esse processo do alandegamento.

Nós podemos juntamente lá na Federação do Comércio reunir todos os entes necessários para esse processo, só

gostaria de cumprimentar o Sr. Gilberto, que é proprietário da RIMA que é um grande parceiro para esse processo também.

Bem, depois de nove meses trabalhando em documentos necessários para que fosse protocolado o pedido do alandegamento do aeroporto, ele foi protocolado na Receita no dia 02 de setembro do ano passado. Esse processo ficou aproximadamente três meses, três meses sendo avaliado pela Receita Federal de Belém, onde fica a Superintendência, aqui e Belém, aqui com o Superintendente Michel. Bem, depois dessa análise que foi feita pela Receita Federal e pela ANVISA, Deputado, foi entregue à Comissão um levantamento das necessidades dos nossos aeroportos. Que bom que nós estamos tendo essa oportunidade aqui de envolver essa importante Casa com essas entidades como a FECOMÉRCIO e a FIERO juntamente com as outras entidades parceiras para que a gente possa colocar esse processo em andamento.

Esse levantamento dá quatro milhões, quatro milhões que nós conversamos também com a Bancada Federal, a Deputada Marinha Raupp e o Senador Raupp. Então, nós já temos uma boa caminhada para esse processo, já falamos da necessidade e já falamos de valores.

Juntamente com essa necessidade do aeroporto foi feito um levantamento também não só para o alandegamento de cargas, ou melhor, de turismo, mas, também para o alandegamento de cargas. A INFRAERO de Brasília esteve aqui em Porto Velho, o Carlos vai poder falar um pouco mais a respeito disso, a INFRAERO esteve aqui fez um levantamento da necessidade também para o alandegamento de cargas, uma vez que nós estamos trabalhando contribuindo com o Governo com fomento para a exportação, também foi discutido o alandegamento de cargas. Esse levantamento ainda não foi apresentado para a Comissão, eu acredito que esteja ainda sendo avaliado pela INFRAERO de Brasília. É um passo que nós temos também à frente com relação ao processo do alandegamento de cargas. Bem, senhores o que a FECOMÉRCIO veio hoje propor aqui a título de contribuir, é que esse levantamento que já foi feito é devido a necessidade para o processo do alandegamento, e que seja trabalhado com a bancada federal como foi dado um sinal inicial pela Deputada Marinha Raupp, porque eles vão abraçar essa proposta, não é? E nós viemos propor aqui para a bancada estadual que abrace as necessidades do nosso aeroporto do Estado, porque o público que vem é do nosso interior. E nós, dessa Comissão, realizamos um levantamento também da necessidade dos aeroportos de todo o Estado. Nós temos aqui um documento, outro está sendo ainda trabalhado pelo Sr. Gilberto aqui da RIMA, que depois vai ter oportunidade de falar também.

Nós realizamos uma reunião com as aviações que poderiam atuar aqui no nosso Estado, voos internacionais. E foi pontuado por essas aviações inicialmente quem já apresentou para nós e eu tenho aqui o documento, foi a Gol, de quais são as necessidades dos nossos aeroportos. Então, Deputado Léo, esse levantamento dos equipamentos que são necessários, melhoria das pistas, nós temos aqui e o que essa Comissão propõe é depois passar com valores, como nós temos já os valores aqui de Porto Velho. Porto Velho são quatro milhões e do interior nós temos aqui a necessidade, só foi pontuado com relação a equipamento e a infraestrutura.

Outra informação importante é que nós também entregamos um documento ao DER solicitando ao Governo do Estado como está o planejamento para esse trabalho no Estado,

e o DER também se propôs no máximo em dez dias apresentar esse planejamento das necessidades, de que já foi pontuada pelo nosso Estado. Então, nós estamos muito felizes com essa oportunidade de poder apresentar aos senhores esse trabalho já iniciado com a força, agora, da bancada estadual, e acreditamos que vai ser um grande avanço. Estamos muito felizes. Eu gostaria até de agradecer, Deputado Léo, em nome do Presidente Raniere, que ele está em viagem, mas, me deixou incumbida de transmitir essa mensagem de felicidade de poder, ainda mais, ter união para esse processo do alfandegamento do nosso aeroporto. Essa é uma bandeira muito importante, e a gente já vem trabalhando nesse processo já há algum tempo, por quê? Porque a Federação do Comércio também desenvolveu um conselho empresarial de turismo, nós estamos trabalhando com o fomento do turismo de Guajará-Mirim, de Ouro Preto e de Porto Velho. Então é justo, é muito necessário que tenhamos o nosso aeroporto alfandegado para que a possamos desfrutar também de mais esse serviço.

Bem, eu vou entregar, Deputado Léo, essa pasta de todo o levantamento que já foi feito, inclusive, de documentos que foram entregues à bancada federal e aqui para o Estado, com relação a essas necessidades, e esse serviço que foi realizado.

Muito obrigada, e eu estou à disposição para depois conversarmos o que for necessário.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradeço a senhora Cileide de Macedo, pela sua participação, pelo seu engajamento em relação ao retorno dos voos que já comentei, já estivemos na ANAC e na SAC e existe uma perspectiva em relação a isso.

Gostaríamos de passar a palavra para o senhor Carlos Alberto Menezes da Costa, que é o Superintendente da INFRAERO, o que nós queríamos aqui enquanto Poder Legislativo, enquanto fiscalizador, enquanto propugnador de mandato eletivo que representa toda a população, é saber os mecanismos. Qual o procedimento, e que vocês possam nos passar para realmente nós realizarmos. Que o projeto que todo mundo sabe que é exequível, mas quais são os procedimentos? Qual o comportamento? Qual é o nível do passo a passo que nós devemos tomar? E que vocês nos passem para que possamos somar forças. Tem esse entendimento de que a bancada federal é de suma importância, os nossos Senadores, todos; o senador Ivo Cassol, Raupp, o senador Acir Gurgacz, são pessoas que têm uma grande afinidade com o setor produtivo. Que eles possam fazer a intercedência, essa interface com os órgãos do Governo federal porque eles são primordiais nesse debate a principio. Então que possamos ter esse passo a passo, ter a união entre a bancada federal com a nossa estadual, até com a municipal, que de alguma maneira colabora para que possamos adiantar. Então de repente o Superintendente já em sua fala possa nos encaminhar para esse debate que é muito importante.

Por gentileza, o senhor Carlos Alberto Menezes da Costa se quiser fazer uso da Tribuna ou aqui mesmo, fique à vontade, como o senhor quiser. Por gentileza, tempo de cinco minutos, prorrogado por mais cinco.

O SR. CARLOS ALBERTO MENEZES DA COSTA – Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes, que preside a Mesa, quero lhe cumprimentar e lhe cumprimentando, eu também cumprimento todas as autoridades e os senhores cidadãos aqui presentes. Cumprimentar esta Casa de Leis e

dizer da importância de estar aqui tratando e debatendo este assunto, que no meu ponto de vista como gestor público a frente da INFRAERO, é de suma importância para o desenvolvimento do Estado. A bem da verdade, como a Cileide frisou com muita propriedade, nós já vínhamos debatendo este assunto na FIERO com vários atores, entre eles, Receita Federal, Polícia Federal e a própria FIERO, ANVISA, INFRAERO e outros, a questão da internacionalização do aeroporto de Porto Velho e depois de uma série de reuniões, de debate de discussão acerca do assunto, nós chegamos a conclusão que para atender, Deputado, o que dispõe a Portaria da Receita Federal que é o que estabelece os critérios para a internacionalização do aeroporto, nós precisamos de um montante aproximado de quatro milhões e quinhentos mil reais. O que para o Estado não representa praticamente nada, se levarmos em consideração o retorno financeiro, a porta aberta para os outros mercados, o intercâmbio de passageiros e cargas com os Países vizinhos. Isso foi encaminhado oportunamente de forma tempestiva para o Governo do Estado, que na época se propôs a buscar esse recurso e o assunto, esse debate, essa demanda, que ficou nesse ponto, nesse pé. Então, conversando com a Cileide, nós chegamos à conclusão que por outro viés, nós poderíamos buscar o fomento desse recurso, buscar esses recursos junto a bancada federal, no sentido de tornar o nosso aeroporto internacional, de fato como a sua nomenclatura aponta. Então, temos Atas de Reuniões, tem registro de todas essas reuniões que foram levadas a efeito lá na FIERO e eu acredito, Deputado Léo, que com esses ajustes que são necessários no que se refere a alguns equipamentos e infraestrutura para o aeroporto, a gente pode internacionalizar o aeroporto de Porto Velho, assim no médio prazo para a execução de todas as obras que são necessárias, que não demanda muita complexidade e a gente pode de fato, de forma concreta internacionalizar o aeroporto de Porto Velho.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer o Senhor Carlos Alberto Menezes da Costa.

Já também suscitou uma dúvida. Existe orçamento e financeiro para tal, e não existem recursos no momento aqui na INFRAERO.

O SR. CARLOS ALBERTO MENEZES DA COSTA – Senhor Deputado, na verdade é assim. Em função do plano governamental do Governo Federal de concessão de aeroportos, os grandes aeroportos, nós concedemos Campinas, concedemos Guarulhos e concedemos Galeão no primeiro momento, e, nesse segundo momento vão ser concedidos para a iniciativa privada Florianópolis, Porto Alegre, Salvador e Recife. Em função disso, agravado pela situação econômica que o País atravessa, nós não temos caixa e isso desde o início das conversações, desde o início das reuniões que foram levadas a efeito na FIERO, a gente deixou bem claro, que não tínhamos orçamento, não tinha caixa para fazer frente à necessidade de adequação do aeroporto no que se refere a alguns itens para atender a Portaria da Receita Federal.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Mais existe o orçamento, não tem recurso financeiro, mas o orçamento para se empenhar esse valor através de Emendas, o apoio de Deputados, é possível.

O SR. CARLOS ALBERTO MENEZES DA COSTA – É possível, é possível. Daí, da importância dessa Audiência Pública, nós estávamos discutindo esse assunto aqui de forma ampla, de uma forma generalizada com os autores que estão presentes.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Está bom.

Muito obrigado.

Nós temos também, inclusive, vai falar daqui a pouco a assessora da Deputada Federal Marinha Raupp e do nosso Senador Valdir Raupp e tantos outros, que a gente possa interceder, na verdade fazer um lobby saudável para que apóie, porque certamente será um divisor de águas no nosso Estado de Rondônia.

Passar a palavra agora, neste momento para a Senhora Maria Verônica de Araújo, que é Presidente da ABAV - Associação Brasileira de Agência de Viagens do Estado, cinco minutos, com tempo prorrogado de mais cinco minutos.

A SRA. MARIA VERÔNICA DE ARAÚJO – Boa tarde a todos.

Cumprimento aqui Deputado, a todos aqui presentes e a pessoa do Deputado Léo Moraes, no qual vem conduzindo um trabalho extenso com relação ao nosso alfandegamento do Aeroporto Governador Jorge Teixeira; eu falo aqui através da ABAV - Associação Brasileira de Agência de Viagens do Estado de Rondônia. Sou Presidente da ABAV, estou sendo Presidente da ABAV, venho acompanhando dia a dia o crescimento e a vontade que todas as Instituições e o Estado em si vem se propondo. Então, o que eu venho falar aqui é sobre a intenção de que nós possamos estar todos juntos nesse trabalho e na conclusão para que o aeroporto possa ser realmente de fato um aeroporto internacional, porque nada mais do que isso, se faz necessário para o crescimento do Estado de Rondônia. Sou agente de viagem, sei qual é a necessidade do público alvo, do consumidor final e principalmente dos empresários. Eu penso o seguinte: a bandeira foi levantada, portanto que a bancada se proponha juntamente ao Governo do Estado, porque isso não depende do privado, depende das políticas públicas, e eu acho que se faz necessário um compromisso, um comprometimento partindo do ponto que o aeroporto seja realmente internacionalizado, e as demais companhias, demais forças chegarão, o progresso só vem após conclusão de tudo. Então, é isso que precisamos. Não vamos deixar que nossas receitas líquidas fiquem nos Estados vizinhos, como está acontecendo nos aeroportos do Mato Grosso e do Amazonas, que venham até Porto Velho, nós temos capacidade para isso, Rondônia tem um grande potencial e se depender do turismo... façam sua parte que nós faremos a nossa.

Obrigada a todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradeço a Maria Verônica, pela participação.

Vamos passar a palavra para o nosso Excelentíssimo senhor ex-governador José de Abreu Bianco, que é o Diretor de Assuntos Governamentais da FIERO, por gentileza.

O SR. JOSÉ DE ABREU BIANCO – Presidente, serei bastante breve, uma vez que o Presidente Marcelo, já se pronunciou. Mas eu quero saudar o Deputado Léo, que preside esta Audiência Pública, saudar o Marcelo; saudar o senhor Michel Teodoro, que é da Receita; saudar o Carlos Alberto da

INFRAERO; a Cileide, nossa colega aqui e parceira da FECOMÉRCIO, e a senhora Maria Verônica, que representa a ABAV; saudar aqui os empresários na pessoa do Adélio; saudar todas as senhoras e senhores, serei bastante breve.

Eu quero afirmar que esta Audiência Pública é resultado de uma ação conjunta, uma parceria que se firmou aqui entre a Assembleia Legislativa e a FIERO, que tem por objetivo, que visa essa parceria exatamente procurar facilitar os caminhos para o desenvolvimento, para o progresso econômico e social do Estado de Rondônia. Então, algumas ações já foram realizadas, está aqui hoje, e outras estão em encaminhamento e outras estão por vir. Queremos reconhecer o trabalho da FECOMÉRCIO, que é nossa parceira, nesse sentido, e quando propusermos ao Presidente Mauro, a quem agradeço de público neste momento juntamente com o Deputado Jesuíno, que se propuseram a fazer e fizeram o Requerimento desta Audiência. Nós reconhecemos o trabalho feito pela FECOMÉRCIO, e o objetivo da nossa parceria, da parceria firmada entre a Assembleia e a FIERO, tem exatamente esse condão, trazer o concurso, trazer a participação das outras federações, da sociedade civil organizada, mas, principalmente fazer com que, fazer um chamamento, chegar junto às instituições, principalmente a Assembleia Legislativa, Bancada Federal. Então, antes dessa reunião, foram convidados todos os Deputados Federais, os Senadores e certamente através deles... o que nós precisamos é isso, e o Marcelo, foi bastante feliz nas suas explanações, nós precisamos saber exatamente o que se faz necessário. Agora, o representante aqui da INFRAERO, Carlos Alberto, está dizendo que quatro milhões e meio, e aqui eu ousou fazer uma pergunta ainda, Carlos Alberto, se realmente com quatro milhões e meio, se forem aportados quatro milhões e meio a FIERO, se realmente está resolvido, ou seja, não falta mais organismo nenhum a ser instalado no aeroporto, não falta pessoal para aumentar o quadro de pessoal de algum organismo como a ANVISA, como a Polícia Federal, como Receita Federal? Porque normalmente é o seguinte: se consegue os quatro milhões e meio, aplica-se os quatro milhões e meio, e não se resolve porque a receita não tem pessoal, porque a Polícia Federal, não tem pessoal, porque a ANVISA não tem pessoal. O que nós queremos hoje... nós estamos em 2016, o Estado foi transformado de Território para estado em 1982, no começo, dia 04 de janeiro, portanto há mais de trinta anos, já está na hora das autoridades responsáveis respeitarem um pouco mais a população de Rondônia, e principalmente nesse momento de crise. E certamente feito esse alfandegamento, essa internacionalização, será uma maneira de criar, gerar uma porção de postos de trabalho. Portanto, eu que quero parabenizar a participação de todos, e dizer que da parte da FIERO, nós estamos fiéis a nossa parceria, presidente Léo.

Quero mais uma vez agradecer ao Presidente Maurão, por ter confiado com essa parceria com a FIERO e nós vamos procurar dar cumprimento integral aos seus objetivos.

Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado senhor ex-governador José de Abreu Bianco, pela sua valorosa contribuição. A gente sempre fica muito honrado em tê-lo aqui conosco mais uma vez Deputado, sempre deputado, então posso ter intimidade e liberdade de também lhe chamar de deputado estadual.

Se o senhor Carlos Alberto quiser responder essa indagação, este questionamento do senhor Bianco é muito importante.

O SR. CARLOS ALBERTO MENEZES DA COSTA – Bom Governador, na verdade, a Polícia Federal já se encontra atuando 24 horas no Aeroporto, ANVISA continua, já se encontra no aeroporto. E acredito que com relação aos órgãos que são necessários, imprescindíveis, fundamentais para a internacionalização do aeroporto, isso está pacificado. Agora, com relação à internacionalização do Terminal de Passageiros R\$ 4.500.000,00 aproximadamente. Com relação à carga, ainda temos tudo em andamento em Brasília que está esperando o desfecho, dessa conclusão deste estudo para que a gente possa fazer um levantamento de custo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A Cileide para contribuir com esse debate.

A SRA. CILEIDE DE MACEDO – Me permita complementar só com relação aos entes necessários. Aqui em Ata, todos eles se comprometeram dizendo que existe estrutura, existe equipe, para que a gente possa, para que pudéssemos dar continuidade a esse trabalho. Então está em Ata, Deputado.

Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado Cileide.

Vamos passar a palavra para o Excelentíssimo senhor Michel Lopes Teodoro que é o Delegado da Receita Federal, por gentileza.

O SR. MICHEL LOPES TEODORO - Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar Excelentíssimo senhor Léo Moraes no qual eu cumprimento a todos os presentes. E reafirmar que a Receita Federal é um órgão técnico e responsável pelo alfandegamento do aeroporto. A Portaria nº 3518/11 da Receita Federal estabelece itens exaustivos que a partir do momento em que forem cumpridos, o aeroporto é alfandegado. Foi citada a questão de pessoal, mas atualmente nós não temos equipe para fazer o trabalho no aeroporto, mas a partir do momento que o aeroporto estiver alfandegado, no outro dia tem pessoas da Receita Federal trabalhando lá.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito bom. Quer dizer então que a partir do momento em que o aeroporto for liberado, nós já teremos a Receita Federal operando, trabalhando dentro do nosso aeroporto?

O SR. MICHEL LOPES TEODORO – Isso. A partir do momento em que estiver alfandegado, tem uma equipe da Receita Federal trabalhando no aeroporto. E, inclusive, quem é o responsável por fazer o ingresso de mercadorias e bens de passageiros é a Receita Federal.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – É a receita Federal. Essa é uma boa notícia, para que possamos avançar. Em relação aos valores apresentados pelo senhor Carlos Alberto, eles inclusive, dependendo da discussão, eles podem até ser minorados. Não é isso, senhor Carlos Alberto? Nós conversávamos aqui, e já é outro ponto favorável ao nosso alfandegamento. E logo, logo após, de acordo com as

necessidades que vão aparecer no decorrer do processo, nós vamos passando o chapéu, como diz o outro, para ter mais apoio da Bancada Federal para que possa destinar as Emendas. Não é isso? Muito bom, muito bom. É uma Audiência Pública rápida e que por enquanto propositiva, não é isso? Parece que está surgindo resultados, à gente vai deixar registrado em Ata, inclusive, fazer o compromisso, e os Deputados Estaduais e toda a Assembleia Legislativa estará a postos para participar de tudo o que envolver a alfandegamento e internacionalização do nosso aeroporto, para que nós não possamos apenas ficar como coadjuvantes, nós temos o poder de fazer essa pressão positiva muito grande aqui em nome de toda população.

Passemos a palavra para a senhora Myrella França, que é Assessora da Deputada Federal Marinha Raupp. Pode usar a nossa Tribuna. Por gentileza um tempo de cinco minutos, senhora Myrella.

A SRA. MYRELLA FRANÇA – Boa tarde. Boa tarde a todos. Cumprimentar o Deputado Léo Moraes, e em nome dele eu cumprimento toda a Mesa. Boa tarde a todos os presentes.

Quero dizer que esse tema Alfandegamento e Internacionalização do aeroporto é um tema sensível. A Deputada Federal Marinha Raupp, tanto ela como o Senador Valdir Raupp, tem trabalhado nesse tema há alguns anos. Então a gente espera realmente que esse avanço agora seja mais concreto. E não só esse tema, mas eu trouxe uma série de documentos que a gente tem trabalhado lá na Câmara Federal com relação aos outros aeroportos aqui em Rondônia também, aeroporto de Cacoal, aeroporto de Guajará-Mirim, aeroporto de Ji-Paraná. Então, são coisas que a gente tem trabalhado com muito afinco. Esse ano mesmo fomos na SAC. Estamos com os relatórios aqui das reuniões. Então temos trabalhado, e queremos deixar aqui o apoio da Deputada Federal Marinha Raupp e do Senador Valdir Raupp que nos trouxe para esta Audiência para que a gente acompanhe e tente o quanto antes resolver esse problema, que a nossa população precisa, a nossa população necessita disso.

Muito obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Maria Verônica, obrigado pela sua contribuição.

Alguém mais se quiser por gentileza se identifique e pode vir aqui na Tribuna fazer uso da palavra, por favor.

Sr. Gilberto, proprietário da RIMA venha fazer uso da palavra aqui, nos auxiliar, afinal acaba sendo atingido pelo não alfandegamento e é empreendedor, porque operar táxi aéreo, aviação nessas condições tem sido muito difícil.

Por gentileza, Sr. Gilberto.

O SR. GILBERTO DOS SANTOS SCHEFFER - Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Deputado Léo Moraes e todos os presentes na Mesa.

Eu gostaria de falar aqui brevemente em dois cenários da aviação. Primeiro o cenário internacional, que tem um círculo virtuoso, no cenário internacional que acontece, que ninguém vai ficar indiferente ao movimento que acontecer aqui em Rondônia, se alfandegar esse aeroporto várias empresas internacionais virão para cá, isso é fato. Então, tem outra situação ocorrendo aí que é o Programa de Desenvolvimento Aviação Regional, o PDAR que está sendo implantado; a Lei

13.097/2015 que também vai contribuir com esse momento que está acontecendo. Mas, eu quero falar de alguns números que eu peguei sobre o cenário internacional. Eu estava falando com o Presidente Marcelo Thomé, o qual eu quero agradecer o convite da FIERO, da FECOMÉRCIO, que sempre estiveram encampando essa campanha do alfandegamento, 40% da carga mundial, em valores, é transportado pelo modal aéreo. Então veja bem, 40%. Outros números que nós temos aqui: hoje a aviação aérea no mundo, ela movimenta 539 bilhões, direto; dobrando indiretamente. 48 milhões de empregos, a cada 100 dólares que gera na aviação civil, gera indiretamente 325 dólares indiretos. A cada 100 empregos são 600 empregos indiretos. Então, isso são números que estão aí. E agora por último no encontro da Organização Mundial de Turismo que fez um paperwork e enviou a OACI que é a Organização Internacional de Aviação Civil; ela destacou, deixou bem claro, que a aviação é um elo chave para o desenvolvimento do turismo internacional, e não tem como desenvolver o turismo sem aviação. Mais de 50% das pessoas que viajaram o ano de 2012, chegaram aos seus destinos de avião, então isso é importante também as pessoas saberem o que ocorre, porque a aviação é tão importante, o alfandegamento desse aeroporto. E 2030, a previsão para pessoas que irão viajar em 2030 a turismo, gente, nós temos estimado 1.8 milhões de pessoas que irão viajar, é muita gente. Nós temos hoje no Brasil em torno de 700 aeroportos, 60 deles são administrados pela INFRAERO, 06 são concedidos, foram concedidos, são concessões, tem uma medida provisória que o Senado aprovou agora, MP 714, que vai beneficiar diretamente a INFRAERO e os aeroportos delegados, que são delegados aos Estados e municípios. Aqui em Rondônia temos aeroportos delegados em Ji-Paraná, Vilhena e Cacoal, que é delegado ao Estado, acho que a tarifa da ATAERO vai passar direto para o aeroporto, não vai mais para o Fundo Nacional de Aviação Civil; porque os aeroportos que foram concedidos, eles geraram 4 bilhões para o Fundo Nacional de Aviação Civil, que até o ano passado eram 250 milhões. Então, foi um bom negócio conceder esses aeroportos, tanto para a INFRAERO como para o usuário. Então são alguns números que eu queria passar para vocês em nível doméstico de Rondônia. Agora, eu vou falar com conhecimento empírico, prático, nós colocamos um voo diário para Porto Velho/Cacoal, o que aconteceu? Não tinha demanda, por que não tinha demanda? A nossa demanda era mais de Porto Velho para o interior, do que do interior para Porto Velho. Durante os sete meses que nós operamos ficou deficitário em torno de 580 mil reais, eu acho. Então, esse foi o investimento que a gente fez enquanto empreendedor, mas, não deu certo, essa é a realidade, porque o pessoal do interior não vem para a Capital, é impressionante, não tem uma ligação, não tem um atrativo que coloque Porto Velho no cenário do interior porque de Ouro Preto para baixo as pessoas preferem fazer o hubs em Cuiabá e de Cuiabá vão à Brasília e de Brasília ou São Paulo pegam os voos para destinos internacionais, ou seja, preferencialmente para Miami ou aportam entrar na Europa. Mas, se vocês analisarem essa pessoa, esse viajante, sai de Ji-Paraná voa duas horas para Cuiabá, depois mais uma hora e meia para Brasília, voa quatro horas, passa aqui em cima de Rondônia, para mais quatro horas estar em Miami. Então, ele viajou no mínimo nove horas a mais para ir, e, nove horas para voltar. Então, eu acho que é uma excelente oportunidade que se tem de alfandegar esse aeroporto para as pessoas do interior de

Rondônia falar que tem orgulho de vir a Capital pegar um voo internacional, porque nós temos que ser realistas também, muitas pessoas não vêm à Capital, por quê? Porque elas não têm o interesse em vir. Qual que é o interesse que tem aqui? O atrativo? E isso é um atrativo. Como eu falei para vocês ninguém vai ficar alheio a esse movimento.

Está terminando o meu tempo, não é isso?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Não. Pode falar à vontade Sr. Gilberto.

O SR. GILBERTO DOS SANTOS SCHEFFER – Então, ninguém fica alheio a um movimento, se acontecer, se alfandegar o Aeroporto Internacional de Porto Velho, Copa Airlines, essa Ecojet, da Bolívia, que tem interesse operário. Tenho falado com alguns managers, essas companhias que eu tenho relacionamento e eles falam em expansão. As agências de viagens... eu não sei qual o levantamento que vocês têm, mas a maioria das pessoas do interior, elas viajam para o exterior partindo de Brasília ou São Paulo, elas não vêm.

A SRA. CILEIDE DE MACEDO – Passamos um levantamento para a Gol e a Gol se propôs a colocar, a partir do momento que for realmente alfandegado...

O SR. GILBERTO DOS SANTOS SCHEFFER – Então, só para eu concluir. Então se vê que nós vamos ter o interesse do nosso público do interior, que, às vezes... eu já falei com algumas pessoas do interior que tem 40 anos de idade, nasceram no interior de Rondônia e eles falam: "Vou fazer o que em Porto Velho"? Vai ter um bom motivo para vir a Porto Velho para pegar um voo internacional. Eu tenho operação no Amazonas e o interior do Amazonas, e eu vejo com muito orgulho as pessoas falarem: "ah! Eu vou para Manaus". Ou do interior do Pará: "eu vou para Belém". Entendeu? E aqui nós precisamos dar motivos para as pessoas do interior ter orgulho de vir à Capital também. "Não, eu vou para Porto Velho, para o Aeroporto Internacional pegar um voo internacional", para outro destino, não é? Eu acho que essa é uma oportunidade única, essa Audiência Pública, ela é muito bem vista pela iniciativa privada, eu também estou aqui representando a Associação Brasileira de Táxis Aéreos do qual eu sou membro, fundador e conselheiro, já fui Vice-Presidente e também do Sindicato Nacional das Empresas de Transporte Aéreo. Então, nós temos um segmento dentro desse mercado globalizado que é o segmento do Táxi Aéreo, por exemplo, a RIMA que é minha empresa. Ela é homologada para voo aéreo internacional para toda a América do Sul, mas, nós não podemos operar internacionalmente porque não é alfandegado o aeroporto. Para eu operar internacional, eu tenho que sair de Porto Velho ir à Manaus, já pensou, aí depois, decolar de Manaus. Vamos colocar, vamos a Santa Cruz, na Bolívia, ou outro País, aqui em Guayaramerín que é internacional, tem só uma torrezinha de madeira, mas, é alfandegado. Eu tenho que ir à Manaus, passar aqui, voar 50 minutos para chegar a Guayaramerín porque Porto Velho não é alfandegado.

Então isso... nós temos o mercado, temos uma demanda, a gente é homologado empresa de transporte de UTI Aérea e outros transportes, geralmente eu tenho duas a três cotações mensais para Países Andinos e eu repasso geralmente para a Líder que faz partindo de Manaus ou empresas partindo de

Brasília ou São Paulo, porque nós não conseguimos sair daqui, porque fica muito caro, se eu propor uma cotação para eles, o executivo, fala: “Eu vou ter que cobrar de você, duas horas para Manaus, duas horas retornando”. Então, isso fica caro, fica impraticável. Esse é um ponto que eu também quero destacar da importância para o meu segmento, o segmento da aviação de Táxi Aéreo no Brasil, no qual eu represento através da ABTAER e do SNETA e eu tenho participado de muitas discussões, fóruns e Audiências Públicas e a gente fica muito contente quando tem uma Audiência Pública, e eu acho que é a forma mais transparente que tem de se discutir um assunto. Tanto nós da iniciativa privada como as autoridades, os órgãos controladores também estão muito atentos e muito contentes com isso, os Tribunais de Contas, o Estado e União, com as Audiências Públicas onde todo mundo pode se manifestar e falar, e, eu acho que esse é o momento de eu falar dessa importância de alfandegar o Aeroporto Internacional de Porto Velho. Como o Ex-Governador Bianco falou, ele foi Governador na época, eu tive a oportunidade de ser piloto voando com ele já nesse tempo e eu lembro que ele já falava nesse tempo de alfandegar esse aeroporto.

Então, eu acho que nós temos que lutar, também tem a questão da Bancada Federal e que está sempre disposta, a Deputada Marinha Raupp, o Senador Raupp, o Senador Cassol e o Senador Gurgacz, estão sempre solícitos em aceitar, principalmente da parte do Senador Raupp e da Marinha Raupp, que ela está sempre a par conforme eu ouvi a Assessora dela falando aqui, das reuniões que tiveram na Secretaria de Aviação Civil, na ANAC, eu tive a oportunidade de acompanhá-la numa dessas reuniões lá e discutir sobre o assunto, eu sei que ela levanta mesmo a bandeira e briga aqui por essa ação do Estado de alfandegar esse aeroporto.

Era isso que eu tinha para falar aos Senhores.

Agradeço o tempo, eu acho que eu estourei o tempo, não é? Mas quero dizer que eu sou muito honrado de receber esse convite.

Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Acho que dois sinais muito claro através da participação do senhor Gilberto, agradecemos realmente, foi insofismável a sua contribuição, por ser um prejudicado, apesar de empreendedor, eu conhecia essa linha, inclusive, já fiz essa rota Cacoal/Porto Velho teve anúncio, teve até anúncio na rede social e eu acompanhei, muito bacana. Um sinal muito claro é que o interior do Estado é forte, ainda bem, e muitas autossustentável e às vezes acaba não sendo necessária a participação da nossa Capital, ao contrário dos outros Estados Amazônicos. Eu sou o Vice-Presidente do Parlamento... você vê Roraima 90%, 95 está em Boa vista. Manaus do mesmo jeito, até mesmo Belém que tem grandes municípios do interior, a grande porcentagem ainda está em Belém, Ananindeua e ali por perto, Macapá e todos os outros. Então, também nos leva a crer que eles não viajam e não vêem muito por ter uma cultura própria e ter também as suas realizações no seu próprio nicho. Outra questão, é o efeito cascata que o alfandegar nos traz que é a questão dos táxis aéreos, a questão dos voos regionais que tem essa interdependência total do alfandegar. Porque você pensa a grosso modo, uma visão superficial, que o alfandegar vai atingir as grandes companhias que operarão esses voos, essas rotas com destino internacional, mas, eles precisam vir

a Porto Velho, o Estado de Rondônia todinho e os circunvizinhos, o Acre, por exemplo, viria para cá e utilizaria o taxi aéreo também como o seu meio de deslocamento. Então é importante observarmos sobre esse prisma. A gente parabeniza e agradece o Sr. Gilberto pela contribuição.

Eu vou passar a palavra para o nosso Presidente da FIERO, que quer fazer algumas observações. A palavra está com Vossa Excelência, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO THOMÉ – Muito obrigado Presidente. Eu vou usar como exemplo o ano passado que nós fomos participar da Feira Agropecuária Industrial de Trinidad. Nós fretamos um voo com a RIMA para sairmos daqui, uma comitiva de empresários e a Deputada Marinha Raupp também participou e foi quem nos ajudou a resolver o problema, porque para se ter ideia, a gente teria que fazer um voo Porto Velho/Rio Branco, porque em Rio Branco havia a possibilidade de fazer a saída, a imigração e a liberação das bagagens para que de Rio Branco nós voltássemos para Guayaramerín, olha que loucura! E estava inviabilizando. Com o apoio da Deputada Marinha Raupp, a gente conseguiu a colaboração da Receita Federal, da Polícia Federal para que excepcionalmente eles deslocassem um pessoal para tanto a saída quanto à chegada deste voo, porque do contrário a gente não ia conseguir fazer isso. E o que eu quero dizer com isso? Como foi importante a gente ter tido a experiência para vivenciar a dificuldade, que é conseguir operar esse aeroporto para uma viagem internacional, da mesma forma como foi importante a nossa participação naquele evento porque de lá por duas vezes houve comitivas bolivianas no Brasil interessadíssimas em estreitar as relações comerciais, porque nós fomos lá. Então é fundamental que a gente tenha esse modal operacional de forma internacional para que a gente possa promover a internacionalização dos nossos negócios. E a questão do turismo, ela é muito importante, inclusive dia 21 de junho receberemos o advogado Ronaldo Lemos, que é jornalista da GloboNews que falará sobre Soft Power. Soft Power é uma maneira interessante de enxergar as potencialidades culturais e regionais como forma de abertura de mercado. E o turismo nos propicia isso, ele permite que a gente abra mercados através desses elementos culturais que as pessoas já conhecem. Então o turismo pode propiciar ou ajudar enormemente a alavancagem dos nossos negócios e da exportação da nossa produção. O Brasil na formação do PIB, a exportação corresponde no máximo a 10% da formação do nosso PIB, ou seja, o Brasil é um País extremamente fechado, e precisa fomentar e criar as condições para que cada vez mais as empresas brasileiras atuem exportando e estreitando o mercado internacional. E por fim, Deputado, me parece que o primeiro pleito, eu tive a oportunidade conversando aqui com o Dr. Michel, que é Delegado da Receita Federal, ele citou o fato de que o primeiro pleito foi com relação ao alfandegar para o transporte de pessoas, esse pleito foi feito, a INFRAERO... é importante que a gente expanda esse pleito para o alfandegar, não só do transporte de pessoas, mas também de mercadorias, para que em definitivo tenhamos um aeroporto internacional para receber e mandar pessoas, promovendo o turismo, mas também o comércio exterior e a exportação da nossa produção. Então é importante que isso fique claro, que isso fique registrado para que possamos conduzir o processo de maneira correta.

Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Isso aí. Muito obrigado Presidente Marcelo Thomé.

Vamos passar a palavra aqui em ato contínuo para a nossa FECOMÉRCIO, Cileide para que possa fazer algumas considerações.

A SRA. CILEIDE DE MACEDO – Presidente Marcelo, só a título de informação, esse processo do alandegamento de carga também é um processo que a gente já vem discutindo, foi feito um levantamento pela INFRAERO de Brasília, e o que eu gostaria, Carlos, de pedir aqui, que eu gostaria de pedir da INFRAERO, é que fizesse a solicitação formal para a INFRAERO de Brasília para que possa informar para a Comissão aqui, o que foi levantado, quais foram as dificuldades que foram encontradas, porque quando eles solicitaram lá de Brasília, eles solicitaram, inclusive, a FIERO juntamente com o Gilberto, que passou todas as informações, de quais eram as empresas que estavam exportando, quais eram os produtos que o Estado exporta e as empresas que exportam. Então, esse levantamento foi feito pela FIERO, nós entregamos para a INFRAERO de Brasília, e o que está faltando é o que eles pontuaram referente às necessidades. Então, eu peço isso do Carlos, porque já tínhamos conversado, para que a possamos formalizar para a INFRAERO para que essas informações cheguem até a Comissão, a fim de que possamos trabalhar as necessidades. Bem, eu só gostaria, Deputado Léo, de acrescentar diante dessa necessidade que é o alandegamento do nosso aeroporto, nós associamos quatro processos necessários para essa estrutura dos aeroportos. Uma, é a necessidade dos aeroportos, como eu já falei, nós solicitamos para o DER e eu já tenho aqui o levantamento da GOL. A situação do alandegamento já foi discutida, mas, o que eu não posso deixar de passar aqui aos senhores, é a respeito da redução do ICMS. O César vai até aqui... já ri, como ele ri. O processo da redução do ICMS, também é uma bandeira que precisa ser trabalhada por esta Casa, Deputado. O ano passado nós apresentamos uma proposta para o Governador Confúcio Moura, o Governador apresentou um Projeto de Lei aqui, foi aprovado, esse Projeto de Lei contemplava as aviações que atuassem aqui na Capital, e mais no interior. Olha, a importância da redução senhores e senhoras, de 25% para 4%, foi à redução da nossa alíquota. Tivemos um avanço e nós tivemos uma preocupação, a Comissão teve uma preocupação, porque só a RIMA e AZUL fizeram o cadastro lá na SEFIN para ser contemplada com o incentivo e nós fomos atrás das aviações, realizamos essa reunião lá na FECOMÉRCIO com todos os outros, FIERO, FECOMÉRCIO, INFRAERO, todos participaram dessa reunião e nós perguntamos das aviações: o quê que ocorreu que elas não fizeram o cadastro na SEFIN para adquirir o incentivo? Uma dificuldade, Deputado, é a estrutura dos nossos aeroportos, que é o que eu apresentei aí para o senhor. Outra coisa Deputado, essa redução, só foi válida até o dia 1º de março desse ano. A partir do dia 1º de março desse ano, a PETROBRAS, deixou de atuar em Ji-Paraná e em Vilhena, com isso se passou a ter dentro do abastecimento desses aeroportos representantes e isso se tornou bandeira branca, ele zerou o incentivo. Então, nós buscamos, encaminhamos novamente documento para SEFIN, e isso é um processo que nós, esta Comissão está acompanhando, nós encaminhamos novamente para a SEFIN, sugerindo o quê? A possibilidade de alterar o

Projeto de Lei, de passar de distribuidor para representante. Viu Deputado, a partir de 1º de março a PETROBRAS passou a não atuar no nosso Estado, em Cacoal e Vilhena; com isso o Projeto de Lei foi zerado. Nós encaminhamos o documento para SEFIN para ver a possibilidade de passar de distribuidor para representante, mas infelizmente não foi possível. Então, fica o pedido aqui da Federação do Comércio, juntamente com todos que comungam da mesma vontade, FIERO, FECOMÉRCIO, a ABAV e todas as outras 24 Entidades que participam do nosso Conselho Empresarial de Turismo, que seja avaliado esse incentivo para o Estado, porque ele também vai fazer a diferença no processo do alandegamento. Eu estive conversando agora com o Senhor Gilberto, depois que nós estivemos conversando com o César, o incentivo está só em Porto Velho. Então a AZUL e RIMA, ainda estão tendo o incentivo de 4% aqui só na Capital. Cacoal e Ji-Paraná voltaram os 25%. Então, fica difícil a gente pensar em desenvolvimento quando se tem uma alíquota das mais caras do mundo. Eu tenho um levantamento aqui senhores, de todos os Estados que contemplaram o incentivo com relação ao ICMS, isso foi conversado com o César, a SEFIN sempre foi muito amiga e parceira e sempre expôs realmente essa dificuldade. Mas, o que nós temos aqui é que os outros Estados concederam o incentivo; Rondônia, só aqui na região norte, na região norte, só nós, e, se não me falha a memória, o Tocantins tem o incentivo, tem uma alíquota de 25%; os demais Estados, todos eles foram contemplados com o incentivo tributário no ICMS. Só para os senhores terem uma ideia, 12 voos passam diariamente por cima de Rondônia e vão para Manaus, porque a alíquota de Manaus é 7% e aí existe um acordo com o Governo de Manaus que é 7% para a Capital e se você atua no interior, a alíquota é menor, não é isso seu Gilberto? Então, Rondônia também está perdendo os voos, e nós estamos juntando, inclusive, nós fomos com o Deputado Léo, o que as aviações estão fazendo? As aviações reduziram os nossos voos aqui para o Estado. Então, nós mandamos uma carta para as aviações pedindo que eles apresentassem, quais são as dificuldades que os nossos aeroportos aqui no Estado têm e qual seria a contrapartida. E uma das dificuldades é a estrutura dos nossos aeroportos. Então, Deputado, fica também o pedido da federação, que seja avaliado com o senhor e toda a Bancada Estadual, o incentivo para que a gente retorne para o nosso Estado, o incentivo tributário do ICMS. O César ri, mas que seja discutido isso novamente em Casa, porque é importante para o nosso desenvolvimento.

Gente, muito obrigada.

Podemos vê uma excelente oportunidade nessa discussão com o Deputado Léo Moraes, e as outras autoridades aqui presentes.

Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado a Cileide, e mais uma vez pontuar essa questão do ICM, de que nós devemos envolver também o Ministério Público que naquele momento, naquela oportunidade foi um ponto de dificuldade por entender, vocês bem lembram... e é extremamente importante, até mesmo a adequação dessa Lei, porque existe um entendimento de que se uma companhia aérea, vem de Brasília, por exemplo, ela teria que ter dois pousos aqui em Rondônia. Nenhuma companhia no mundo... a gente sabe que a iniciativa privada visa, lógico, o lucro, tem que dá

rentabilidade, ela não vai parar em Cacoal, para depois parar em Porto Velho, e depois ir embora, não é? é pouco provável, então, nós temos fazer essa adequação. Nós estivemos, inclusive, com o Wagner, da SEFIN, para começar esse... quando eu solicitei a bilhetagem, o valor da bilhetagem do ICM, que nós estávamos recebendo para levar à Brasília, eu indaguei em relação a essa Lei, e não caminhou. Então, aí sim, é nossa alçada, é nossa prerrogativa de envolver os Deputados, voltar a conversar com o Governador, porque imagina nós termos o alfandegamento, conseguirmos de repente o mais difícil que é a internacionalização, e não temos os voos, as companhias aéreas não vão querer vir para cá por falta de incentivo, não se sentirão entusiasmadas a promover esses nossos itinerários. Então, é altamente pertinente, eu agradeço a Cileide, ela tem um conhecimento aprofundado desse tema e sempre quando nós tivermos debate, vamos intimá-la para está aqui conosco.

Alguém mais que queira falar, porque eu solicitei um termo de compromisso para que a gente não fique... a Audiência Pública é extremamente importante, mas, ela tem que ter um encaminhamento, se não fica conversa de comadre não que seja ruim, é até bom, com café e um bom pão de queijo, mas aqui a gente tem que ter encaminhamento, a gente tem que ter, eu acho que os autores engajados na mesma causa. Então, nós fizemos um termo de compromisso que será lido e assinado pelos autores aqui que compõem a Mesa, para nós avançarmos nessa temática e que, inclusive, nesse termo de compromisso, já tem o prazo de duas semanas para que o nosso diretor Carlos Alberto Menezes da Costa nos passe as informações relativas ao que embargou, qual a obstrução que a INFRAERO Nacional, irá nos pontuar e esclarecer para que nós possamos ajustar.

Alguém mais quer falar?

Por gentileza Verônica.

A SRA. MARIA VERÔNICA DE ARAÚJO – Então, é só para registrar aqui que há um mês, eu participei de uma reunião com o Basílio, lá na SUDER, acredito que, lá na SEFIN, ficaram sabendo realmente qual era o assunto, e nós entregamos através da ABAV, um ofício para o Governador, Dr. Confúcio Moura, informando pela segunda vez os Estados que estão sendo contemplados com a redução do ICMS, e qual seriam as vantagens. Eu peço que... realmente está nas mãos da Secretaria de Finanças, depende realmente de vocês e do nosso Estado. Faço um apelo para que seja realmente levado a diante, não é impossível senhores, não temam, as companhias aéreas retornarão, basta ter um pouco de incentivo, pelo menos acatar. Eu acredito que se quatorze Estados do Brasil já acatarem, Rondônia, não tem que se acovardar.

Uma boa tarde a todos.

O SR. LEÓ MORAES (Presidente) – Mais alguém? Pedro Chaves? Alguém que queira falar antes de fazer a leitura, Adélio? Nosso representante da SEFIN quer falar? A Cileide, disse que você estava rindo, é porque deve ter alguma informação para a gente.

O SR. CÉSAR LUIS SALLES – Boa tarde a todos.

Como representante da SEFIN, quero falar rapidamente. Veja, a SEFIN, não é contra, nós já tivemos a nossa reunião, a questão, essa questão da Petrobras, o que acontece? Tem que entender porque é uma coisa bem específica com relação ao

ICMS. O que acontece? A questão do querosene... o ex-governador, até o ex-governador Bianco sabe, nós temos a questão da substituição tributária, quem faz a substituição tributária, o recolhimento antecipado? É o distribuidor, no caso a Petrobras, quando ele vende para o varejista, já na composição final do preço, já está o ICMS, já está incluído. O que acontece? O varejista, não tem como repassar esse incentivo no caso da RIMA, nós até explicamos para o nosso amigo da RIMA. Como é que ele vai dar um incentivo de uma operação que já é tributada? Esse é o grande problema. A grande questão é: você só dá um incentivo para uma operação que é tributada. No caso, o varejista, a operação já foi tributada, então ele não tem como repassar. É uma questão que nós falamos, não temos como, não temos, essa é a questão. Então, por isso que fica a dificuldade. Com relação aos outros Estados que tiveram essa redução, foi também da mesma forma, através de algum benefício, seja redução de base de cálculo, seja de crédito presumido. Só que nesses outros Estados provavelmente a PETROBRAS está operando, esse é o grande problema. E outra coisa a lembrar também, que todos esses, todas essas Leis foram concedidas ao arrepio do CONFAZ, do Conselho Nacional de Política Fazendária e aqui o de Rondônia a mesma coisa. E todas essas... o que acontece? A própria Carta Magna já diz que qualquer benefício para ele, se é válido, ele tem que ter anuência de todos os Estados, tem que ser decisão unânime. E não adianta, porque qualquer pleito que vá ao CONFAZ, infelizmente não é concedido. A penúltima reunião do CONFAZ houve também um Estado, se eu não me engano, acho que foi Mato Grosso, ou foi outro, pedindo também essa questão da redução do ICMS do querosene, foi negado. A gente até queria ver se conseguia, porque Rondônia aderiria e resolveria essa questão. Então, de todos esses, qual é a grande preocupação nossa? Toda vez que faz uma Lei, e aconteceu com a outra que era na forma de redução de base de cálculo, o ministério Público foi lá entrou uma ADIN e acabou. Então, o que está se tentando resolver ao CONFAZ, é justamente que todos os Estados cheguem a um acordo para se reduzir o querosene, se resolver lá, pronto, resolve essa questão. Então, deixar bem claro que a SEFIN que tem portas abertas, muitas vezes não faz, não é porque não quer, é porque não pode. É só, eu queria deixar, ela até ri porque ela já foi lá, eu falei: mas, nós não temos como fazer isso nesse momento. Nós temos que achar uma solução para esse problema porque para nós é interessante de qualquer maneira que se resolva essa questão da carga tributária sobre o querosene.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado.

Embora legalista, eu tenho certeza que é possível trabalhar de alguma maneira isso. Não podemos deixar esse valor exorbitante acabar com o nosso comércio aeroviário. Senhor Adélio Barofaldi, uso da palavra por gentileza, a palavra está com o senhor.

O SR. ADÉLIO BAROFALDI – Obrigado Deputado Léo, obrigado a todos, e boa tarde.

Eu só queria reforçar as palavras do Marcelo, dizer que a Federação das Indústrias, há mais de 20 anos está trabalhando com essa internacionalização do aeroporto, não é a primeira reunião e não vai ser a última. E eu acho que a gente tem um compromisso com Porto Velho, à gente teve agora a última feira em Ji-Paraná, tiveram lá 11, 12 Embaixadas

que vieram para cá, muitas do exterior e a gente perdeu todo esse movimento em Porto Velho. Eu acho que nós não podemos mais fazer isso com Porto Velho, não fazendo essa internacionalização. Mas, agora estou convidando e já falando que em agosto vamos ter a 2ª PORTOAGRO e tem várias autoridades da Bolívia, do Peru que querem vir para Porto Velho na Feira, expor os seus produtos, mas não tem como vir a Porto Velho, porque tem que descer no Acre ou Manaus ou Cuiabá para vir para Porto Velho, além do custo, gasta muito tempo. E é o que o Marcelo falou, é a parte da mercadoria que vem para cá, e normalmente eles levam algumas coisas da gente. Então, eu como empresário, vejo a grande importância do aeroporto internacional, você tem com combustível, eu acho que é assim, essa questão do combustível. O Governador tem feito um consórcio, o Brasil Central, Deputado Léo, que você tem no Parlamento Amazônico. Esse Consórcio Brasil Central, eles unificam os incentivos fiscais no Brasil inteiro nessas regiões que estão no consórcio. Mas, nós temos que olhar, já falei isso até para o Governador um dia, os incentivos que eles têm lá, não adianta só pegar o que nós temos a mais deles e querer baixar o nosso e deixar o deles como estão. Um exemplo típico, é o Estado de Goiás, o ICMS de Goiás é 1% para os grandes atacadistas, tanto que a Martins, não está mais lá em Minas, está em Goiás porque ela só paga 1% de ICMS e aí quando vem para Rondônia, tem que nivelar o ICMS, tem que elevar a tributação, não pode dá o incentivo de combustível. Agora, Manaus tem o incentivo do combustível. Então, Rondônia votou naquela época para dá esse incentivo fiscal. Então, temos caminhos para desenvolver isso, Deputado Léo, e eu acho que nós temos um compromisso com Porto Velho, nós estamos nesse momento aqui, no término das usinas, e percebemos a nossa economia minguando, enquanto o interior do Estado está segurando o desenvolvimento. Hoje quem segura o Estado de Rondônia não é a Capital, é o interior do Estado que está segurando a nossa economia do agronegócio e temos judiado da Capital nossa, a gente mora aqui na Capital, a gente vê algumas ações pequenas às vezes, que não é a diferença do ICMS que a RIMA não está viajando, hoje eu tenho loja no interior do Estado, para vir para Vilhena, eu tenho que ir lá à Cuiabá, pousar lá em Cuiabá muitas vezes para no outro dia vir para Vilhena e depois voltar para Cuiabá para voltar para Porto Velho. Quer dizer, é injustiça o que estamos fazendo às vezes com o comerciante, com o empresário, com o investidor. Agora, nós acabamos... está sendo certificado Rondônia para exportar o nosso gado para comunidade européia. E como é que vem um gringo aqui comprar nossa carne, se ele não pode chegar aqui em Rondônia? Ele vai onde primeiro? Ele vai ao Mato Grosso do Sul, ele vai a São Paulo, onde tem uma oferta melhor e uma facilidade dele chegar lá, ele vai vir para Rondônia? Ele pode até vir, mas, depois de ter passado 03, 04 Estados brasileiros para chegar aqui em Rondônia. Então, a gente tem travado muitas vezes o nosso desenvolvimento, nós estamos igualando Rondônia com exportação com outros Países e a gente não tem feito o dever de casa para as coisas básicas de cada quatro milhões. Quanto que nós gastamos para fazer a estrada do Pacífico? Quer dizer, 20 anos a FIERO discutindo, nós não gastamos na FIERO mais de quatro milhões que precisa para internacionalizar o aeroporto. Só com papel lá na FIERO para falar sobre isso, quantas reuniões nós já fizemos e agora a gente não tem um caminho daqui para o Peru, vamos andar de moto? Para que serviu essa estrada do Pacífico para

Rondônia? O que nós estamos fazendo para trazer o investidor de lá? Quem esteve em Ji-Paraná... teve lá o sal da Bolívia a 1.800 KM, nós temos uma mina de sal muito maior do que no Brasil, aí nós buscamos o sal para o nosso gado lá em Mossoró a 6.200 KM e nós temos aqui a 1.800 KM daqui, mas como é que chega lá? É como o Marcelo falou, para ir lá, vai para o Acre para voltar para Guajará, fazer uma ginástica para chegar lá, e acaba não atraindo investidores para Rondônia e a gente acaba desestimulado de fazer qualquer negócio porque não tem como chegar lá. Então, Deputado Léo, essa tua agenda positiva... eu queria pedir para o Marcelo, para ele abrir a FIER se precisar. A Federação, a Polícia Federal, teve uma época numa reunião, e falou que não tinha agente para ir lá, Deputado Léo, era importante escutar a Polícia Federal, ela está aqui presente, parece. Escutar se ela pode dizer se não tem o entrave da Polícia Federal também no aeroporto, se não tiver o agente da Polícia Federal, não consegue chegar um avião internacional aqui. Então, a INFRAERO está liberando. A Receita Federal está colocando que teria, porque no passado era um problema também a Receita Federal, mas eu acho que nós estamos próximos, Deputado Léo, de na PORTOAGRO, agora em agosto, nós inaugurarmos a nossa internacionalização do nosso aeroporto. Daqui a 60 dias, quem sabe, nós fazemos uma grande festa inaugurando o aeroporto de Porto Velho para a gente destravar... parece que é pequeno esse negócio, mas gente, entenda que Rondônia hoje, 80% das exportações de Rondônia vem do agronegócio que o mundo todo está querendo comprar, o gringo que foi em Ji-Paraná, o que ele queria comprar? Queria comprar comida, gente, e é o que Rondônia está produzindo hoje. Mas nós dizemos para o cara: "não vem aqui porque não tem acesso no aeroporto nosso". Então, nós temos que ter a responsabilidade como líder sindical, como FIERO, como empresário para destravar isso de uma forma mais simples e mais rápida e, que não fique uma trava de 4 milhões de reais, o que é para nós destravarmos o Estado de Rondônia para fazer um aeroporto internacional por causa desse valor. E nós pegamos, você trabalha em órgão público, eu não sou de órgão público, mas, enfim, a gente pegou a doença de não ter dinheiro, tudo parece: "Ah! Não tem dinheiro, não tem orçamento, não tem dinheiro". Mas, gente, a gente pode ter criatividade. A RIMA está fazendo negócio para o interior, ia para o interior, quer dizer, poxa quanto custa um Prefeito vir de Vilhena para cá? Quanto custa para um empresário vir de Vilhena para cá, gasta um dia inteiro e ainda com risco de acidente, quando levaria uma hora para chegar aqui em Porto Velho. Ele colocou o avião dele, quantos passageiros tinha? Eu viajei algumas vezes, dois, três passageiros, gente. Quer dizer, é isso que nós temos que destravar, nós queremos ser igual ao Brasil, igual ao mundo que agora está nessa globalização, mas nós temos que fazer o nosso dever de casa, a gente não pode mais aceitar o nosso aeroporto não estar internacionalizado se nós queremos falar de mercado internacional. Eu acho que a minha opinião é essa. Eu só queria colocar a nossa, a tua responsabilidade como Parlamentar, a nossa, como empresário, como Federação. Se a gente não tirar essa trava pequena que está faltando... o nosso aeroporto é mais bonito do que o de Cuiabá, nós temos um aeroporto bonito, moderno e está esperando o quê? Ações nossas como empresário, como entidade constituída, não dá. Minha opinião é que não tem mais tempo. Eu queria ter o prazer de na PORTOAGRO, agora chamar os peruanos, os

bolivianos e o pessoal do Chile para vir para cá já inaugurando o nosso aeroporto dia 03 de agosto quando é a abertura da nossa feira. Essa aqui é minha colocação Deputado Léo.

Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado.

Agradecer ao Adélio, que é um genuíno e legítimo empreendedor, o setor produtivo representado e é exatamente o que nós também comungamos e pensamos dessa mesma maneira, Adélio. Diz que tinha alguém da Polícia Federal, não né? tem? O senhor é da Polícia Federal? O senhor quer se manifestar, falar alguma coisa, alguma consideração para deixar registrado?

O SR. GIORDANO ARAÚJO MAGALHÃES – O Senhor Superintendente da INFRAERO já tinha informado que tem gente nossa lá da Polícia Federal 24 horas no trabalho de repressão a entorpecente, então consequentemente quando for realmente alfandegado o aeroporto irá ter policiais federais, agente da Polícia Federal fazendo o trabalho de imigração de estrangeiros, como de saída de brasileiros no aeroporto. Então, quanto à questão da estrutura nossa, na realidade é até mínima, só instalação de aparelhos, um aparelho para fazer o trabalho migratório, e, policiais para exercerem essa escala de 24 horas, ou pelo menos no horário da presença como eram feitos anteriormente, mas devido realmente a escassez de policiais, durante um tempo o aeroporto ficou sem policiais, mas no atual momento, eu acredito, que teria gente suficiente para fazer esse trabalho, até porque transformando o aeroporto internacional vai ter que ter gente nossa lá para fazer esse trabalho.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Muito obrigado pela sua participação.

Eu gostaria de fazer a leitura de um Termo de Compromisso que se todos estiverem de acordo nós assinaremos para deixar aqui nos Anais e também fazer, logicamente, o próprio compromisso desta Casa e deste Poder.

TERMO DE COMPROMISSO

Às quinze horas e dezesseis minutos do dia seis de junho do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se em Audiência Pública, requerida pelos senhores Deputados Maurão de Carvalho e Jesuíno Boabaid, para debater sobre o alfandegamento do aeroporto internacional Jorge Teixeira de Oliveira, em Porto Velho, com as seguintes autoridades integrantes da Mesa: Exmo. Sr. Michel Lopes Teodoro – Delegado da Receita Federal; Exmo. Sr. Marcelo Thomé – Presidente da FIERO; Sr. José de Abreu Bianco – Diretor de Assuntos Governamentais da FIERO e Ex-Governador do Estado; Sr. Carlos Alberto Menezes da Costa – Superintendente da INFRAERO; Sra. Cileide de Macedo – Representante da FECOMÉRCIO; e Sra. Maria Verônica de Araújo – Presidente da Associação Brasileira de Agência de Viagens do Estado – ABAV. O Senhor Deputado, Léo Moraes, ao iniciar a Audiência, cumprimentou os presentes, teceu comentário sobre o tema proposto salientando que a presente Audiência tem por objetivo debater sobre o alfandegamento do Aeroporto Internacional de Porto Velho. Considerando que o Poder Legislativo como legítimo representante do povo e visando proporcionar melhorias à sociedade em geral, e após

as apresentações, problemáticas e reivindicações apresentadas pelos participantes da Audiência, o Senhor Deputado Léo Moraes, encaminhou os seguintes compromissos: 1 - O Poder Legislativo Estadual, irá participar de todas as reuniões no que diz respeito a internacionalização e alfandegamento do Aeroporto Internacional de Porto Velho; 2 - Interceder junto à Bancada Federal objetivando solicitar a participação da mesma através de “Emendas Parlamentares” para viabilizar o propósito do alfandegamento do Aeroporto Internacional de Porto Velho; e por fim, solicitar da INFRAERO, no prazo de duas semanas, informar a esta Casa de Leis, quais as dificuldades oferecidas quanto ao alfandegamento do Aeroporto de Porto Velho. Para tanto, ficou firmado este presente instrumento de compromisso, que será assinado pelos integrantes da Mesa e demais interessados, presentes nesta Audiência Pública.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado Léo Moraes, declarou encerrada a presente Audiência Pública às 16 horas e 48 minutos do dia 6 de junho de 2016.

Todos de acordo? Todos de acordo? Se alguém tiver alguma objeção se manifestem?

Todos de acordo.

Aprovado e deliberado, iremos assinar todos os presentes para que possamos trilhar o caminho do desenvolvimento e do progresso e que todos os atores cumpram com o seu papel.

Vamos agora passar as informações para a Bancada Federal, e peço para o representante do Senador, da Deputada, que estejam conosco, e certamente são mais importantes do que todos nós da Assembleia Legislativa, para que quem sabe o sonho quase intangível se torne realidade ainda este ano, e porque não dizer no nosso evento Agropecuário, presidido pelo Sr. Adélio Borafaldi. Portanto, que nós possamos inaugurar verdadeiramente o Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira, porque é o que nós mais precisamos e estamos sedentos é de progresso para este Estado que tem seu DNA no seu perfil o progresso, e, sem sombra de dúvidas o desenvolvimento.

Acho que nada mais aqui a debater.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Só para registrar, o nosso Presidente esteve aqui. Para não ser redundante, o nosso Presidente esteve aqui presente, o Deputado Maurão de Carvalho, e agradeceu a presença de todos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer ao Presidente Maurão e também parabenizá-lo pela iniciativa de propor esta Audiência Pública. Logicamente, que tem outros afazeres, outros eventos no Estado de Rondônia, mas saberá de tudo o que aconteceu aqui.

Invocando a proteção de Deus, nós encerramos esta Audiência Pública que tinha como proposta debater o Alfandegamento do Aeroporto Internacional Jorge Teixeira, já convidando a todos para um coquetel que será servido aqui no nosso Salão Nobre, na nossa antessala, e já parabenizando a todos, vamos rumo ao progresso que é o que nós mais precisamos.

Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 16 horas 54 minutos)

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE DESFAZIMENTO
EDITAL Nº 001/2016
Processo Administrativo nº 15066/2015-57

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE, através da Comissão de Reavaliação de Bens da ALE, nomeada pelo ATO Nº 0744/2015-SRH/P/ALE, torna público que procederá ao desfazimento, por meio da modalidade "Alienação por Doação", de bens moveis considerados antieconômicos pela ALE, cujo Edital se encontra disponível no endereço eletrônico: www.al.ro.leg.br – link "licitações". Maiores informações pelos telefones: 069 3216-2857 ou 069 9 8472-2706

Porto Velho/RO, 01 de julho de 2016.

Lauricélia de Oliveira e Silva
Presidente da Comissão

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº1063/2016-SRH/P/ALE

OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ABDA SILVA SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-27, no Gabinete do Deputado Saulo Moreira, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 14 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1100/2016-SRH/P/ALE

OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ALESSANDRA DA SILVA SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-20, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 15 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1060/2016-SRH/P/ALE

OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ANA CLAUDIA DA SILVA SAMASQUINI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-27, no Gabinete do Deputado Lazinho da Fetagro, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 14 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0918/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ANA NATIELY RODRIGUES MESQUITA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-30, no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 07 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1059/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ARILSON DE SOUZA PAIVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Lazinho da Fetagro, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 14 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1001/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

BRUNA CARNEIRO SOARES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-21, no Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 13 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1126/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão do servidor **CARLOS ODILON GOMES ASCENÇO**, matrícula 200162665, Assessor Técnico, para o código AT-19, do Departamento de Logística, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 15 de junho de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1058/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

CREMILSON ZOTTELE DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Lazinho da Fetagro, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 14 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1181/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

DAISON NOBRE BELO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, do Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 1ª de julho de 2016.

Porto Velho, 01 de julho de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1054/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

DAYSON WELLYNTHON DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-17, no Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 14 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1002/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

DENIZIA KREITOW LAURENTI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Ailton Gurgacz, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 13 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1182/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

DOUGLASS GUIRADO SUCKOW BARBOSA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Militar, da Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 1ª de julho de 2016.

Porto Velho, 01 de julho de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0990/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

FLORENCIO CLEITON MARTINS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código

ASP-09, no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 13 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1101/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

GENESIO TELES DA ROCHA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 15 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1164/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

HELENA GOMES NEPOMUCENO SENA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente do Corregedor, código AT-27, na Corregedoria Administrativa, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 22 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1128/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ILSON CORREIA GONÇALVES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-

14, no Gabinete do Deputado Maurão de Carvalho, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 15 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1068/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

JARDELSON ALMEIDA REIS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, no Gabinete da Comissão Permanente de Esporte, Turismo e Lazer, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 15 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1184/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

JOBERSON MUNIZ DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-10, do Gabinete da Presidência, a contar de 1ª de julho de 2016.

Porto Velho, 01 de julho de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0956/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

JULIANA CERQUEIRA DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-15, no Gabinete do Deputado Adelino Follador, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 10 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1133/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da servidora **JULIANA PORTELA VERAS**, matrícula 200161162, para Chefe de Gabinete, código DGS-2, da Advocacia Geral, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 15 de junho de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0921/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da servidora **KATIA MARIA NOBREGA MILHOMEM**, matrícula 200161362, Assistente Técnico, para o código AST-16, do Gabinete da Ouvidoria Parlamentar, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 07 de junho de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1064/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

LAURA JAQUELYNE SOUZA TAVARES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-24, no Gabinete do Deputado Saulo Moreira, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 14 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0886/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

LEILIANE SOARES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-18, no Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 02 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1004/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

LETICIA KATHYUSCIA SILVA LABAJOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Apoio, código DGS-9, no Gabinete da 4ª Secretaria - Deputada Rosângela Donadon, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 13 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1183/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

LIVIA CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-21, do Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 1ª de julho de 2016.

Porto Velho, 01 de julho de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0934/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão do servidor **MAIONES SOUZA GOMES**, matrícula 200161216, Assistente Técnico, para o código AST-12, do Gabinete da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 08 de junho de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0965/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MARIA DA PENHA GONÇALVES BARCELLOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Airton Gurgacz, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 13 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0952/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MARIA DAS DORES ARAUJO CASSEB, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 09 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1005/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MARINES DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-29, no Gabinete da 4ª Secretária Deputada Rosangela Donadon, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 13 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1102/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

NATALIA SUELEN GALVAO PEREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-13, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 15 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1065/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

POLIANA DE OLIVEIRA MOURA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-26, no Gabinete do Deputado Saulo Moreira, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 14 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0954/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

QUEZIA LUCIA DE SOUZA CARVALHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código

ASP-14, no Gabinete do Deputado Adelino Follador, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 10 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0999/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

RAI MARIANO PIRES DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-25, no Gabinete do Deputado Só na Bença, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 13 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0904/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da servidora **RENATA DALLA MARTHA**, matrícula 200160579, Assistente Técnico, para o código AST-22, do Gabinete da Comissão Permanente de Defesa da Criança, Adolescente, Mulher e Idoso, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 03 de junho de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1103/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

RONAN COSTA MUNIZ, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-09, no

Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 15 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1003/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

RONI SANTANA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-24, no Gabinete do Deputado Só na Bença, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 13 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0955/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

SERLI DOMICIANO RIBEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Adelino Follador, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 10 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0917/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

SILVANA PEDRALI DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-

21, no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 07 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1175/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do servidor **WALDIR APARECIDO COSTA**, matrícula 200161088, para Assessor Técnico, código AT-30, no Departamento de Comunicação Social, a contar de 20 de junho de 2016.

Porto Velho, 30 de junho de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0951/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

WALTEY DE OLIVEIRA NERY, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-16, no Gabinete do Deputado Dr. Neidson, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 09 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1006/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

WELLITON TREU FAQUIM, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 1º de junho de 2016.

Porto Velho, 13 de junho de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral